



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

**DEPARTAMENTO ESTADUAL DE
TRÂNSITO DO AMAZONAS
DETRAN-AM**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE
2021**



DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAZONAS DETRAN-AM

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2021

Relatório de Gestão do exercício de 2021 apresentado à sociedade e aos órgãos de controle externo como prestação de contas anual a que esta autarquia está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, e art. 3º da Resolução nº 05/1990–TCE/AM.

MANAUS - 2021



LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

AFI	Administração Financeira Integrada
TCE-AM	Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
NBCT	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica
DVP	Demonstrativo das Variações Patrimoniais
PAC	Postos de Atendimento ao Cidadão
PA	Pronto Atendimento
PAD	Postos de Atendimento do Detran



Sumário

1 APRESENTAÇÃO	4
2. DESEMPENHO FINANCEIRO E ECONÔMICO	5
2.1 Gestão Orçamentária	5
2.1.1 Previsão de Receitas estimadas e despesas fixadas:	5
a) Receita Total Estimada:	5
b) <i>Despesa Total Fixada</i>	6
2.2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	6
3. DA EXECUÇÃO FINANCEIRA	10
3.1 Receita Orçamentária	10
3.1.1. Receitas Correntes.....	11
3.1.2. Receitas de Capital	12
3.2 Despesas Orçamentárias	13
4. DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	16
4.1. Balanço Orçamentário	17
4.2. Balanço Orçamentário	18
4.3. Balanço Patrimonial	20
a) Ativo	20
b) Passivo	20
c) Patrimônio Líquido	20
d) Contas de Compensação	20
4.4. Variações Patrimoniais	24
4.5. Demonstrativo da Dívida Flutuante	26
5. GASTOS COM PESSOAL	26
6. AÇÕES NO TRÂNSITO	30
6.1 Habilitados	30
6.2 Provas Aplicadas	31
6.3 Educação no Trânsito	32



6.4 Transparência	32
6.5 Postos de Atendimentos	34
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
8. ANEXOS.....	36
8.1 – Relação de Endereços PAD Capital	36
8.2 – Relação de PAD no Interior do Estado.....	36



1 APRESENTAÇÃO

O presente relatório apresenta os resultados alcançados pelo DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAZONAS, no exercício de 2020, no âmbito econômico-financeiro e de gestão, disponibilizado aos órgãos de Controle Externo e à Sociedade em geral, em cumprimento ao disposto no artigo 3º da Resolução nº 05/1990–TCE/AM.

O desempenho financeiro e econômico é apresentado mediante análises dos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e DVP-Demonstrativo das Variações Patrimoniais as quais foram elaboradas em conformidade com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8.ª edição, aprovado pelas Portarias Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, que também observa os dispositivos legais reguladores do assunto, tais como a Lei n.º 4.320/1964, a Lei Complementar n.º 101/2000 e, ainda, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade, relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16), e, tratamento contábil da depreciação de acordo com a NBCT 16.9 e do ativo Imobilizado.

Quanto a Gestão apresentamos os fatos mais relevantes da atuação do DETRAN-AM sendo este um Órgão Executivo Estadual de Trânsito que executa as determinações do Código de Trânsito Brasileiro, cumpri e faz cumprir a legislação e as normas de trânsito, prestando serviços de excelência aos usuários objetivando um trânsito mais seguro, pacífico e harmônico utilizando-se de ações de educação e fiscalização, investimento em sinalização viária, repasses financeiros para o Fundo Estadual de Segurança Pública, implantação de nova plataforma modernizando o atendimento reduzindo o tempo de agendamento, implantação de documentos digitais, campanhas voltadas ao trânsito, assinatura de cooperação técnica, participação em programas do governo do Estado como o Programa Muda Manaus, estruturação de postos de atendimentos no interior do Estado; além dos atos administrativos e gestão de pessoal que deram suporte as nossas ações.



Diretoria do DETRAN composta conforme abaixo, durante o exercício de 2021:

Diretor Presidente: **Rodrigo de Sá Barbosa**

Diretora Adm. Financeira: **Edslangela Rodrigues dos Santos**

Diretor Técnico: **José Amurine Feitosa Tomas Filho**

2. DESEMPENHO FINANCEIRO E ECONÔMICO

2.1 Gestão Orçamentária

2.1.1 Previsão de Receitas estimadas e despesas fixadas:

No orçamento do Estado para o Exercício financeiro de 2021, *estimou a receita e fixou a despesa* para o DETRAN-AM em **R\$123.775.000,00** (cento e vinte e três milhões, setecentos e setenta e cinco mil reais), definido por natureza de despesa, programas e ações para o exercício financeiro.

- a) Receita Total Estimada:** A receita total do Orçamento Fiscal foi orçada segundo suas categorias econômicas e apresentou as seguintes estimativas

Tabela 01

Demonstrativo da Receita Orçamentária Estimada

RECEITAS	Valor R\$	Part.
		%
Receitas Correntes	123.775.000,00	100%
Receita Patrimonial	9.205.000,00	7,44%
Remuneração de Depósitos Bancários	605.000,00	
Outras Receitas - delegações de serviços públicos	8.600.000,00	
Receita De Serviços	103.000.000,00	83,21%
Serviços De registro, certificação e fiscalização	82.000.000,00	



Outros Serviços	21.000.000,00	
Outras Receitas Correntes	10.400.000,00	8,40%
Multas previstas em Legislação específica	10.400.000,00	
Indenizações, Restituições	170.000,00	0,14%
Demais Receitas Correntes	1.000.000,00	0,81%

Fonte: Anexo 10 -AFI/2021

b) Despesa Total Fixada: A despesa do Orçamento Fiscal foi fixada com as seguintes categorias econômicas:

Tabela 02

Demonstrativo da Despesa Orçamentária Estimada

Descrição	Valor R\$	%
DESPESAS		
DESPESAS CORRENTES	120.775.000,00	98,00%
Pessoal e Encargos Sociais	20.300.000,00	
Outras Despesas Correntes	100.475.000,00	
DESPESAS DE CAPITAL	3.000.000,00	2,00%
Investimentos	3.000.000,00	
Total das Despesas	123.775.000,00	100,00%

Fonte: Balanço Orçamentário - Anexo 12 - AFI/2021

2.2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Durante a execução orçamentária, houve a necessidade por parte do DETRAN-AM de realizar a abertura de créditos orçamentários ou o reforço de dotações por conta de ajustes na execução de ações e programas previstos, como apresentadas no Anexo do Balanço intitulado “Demonstrativo dos Créditos Autorizados”. As alterações orçamentárias ocorreram à conta de anulação total ou parcial de dotação e Superávit Financeiro do Exercício Anterior, conforme pode ser evidenciado a seguir.



Tabela 03

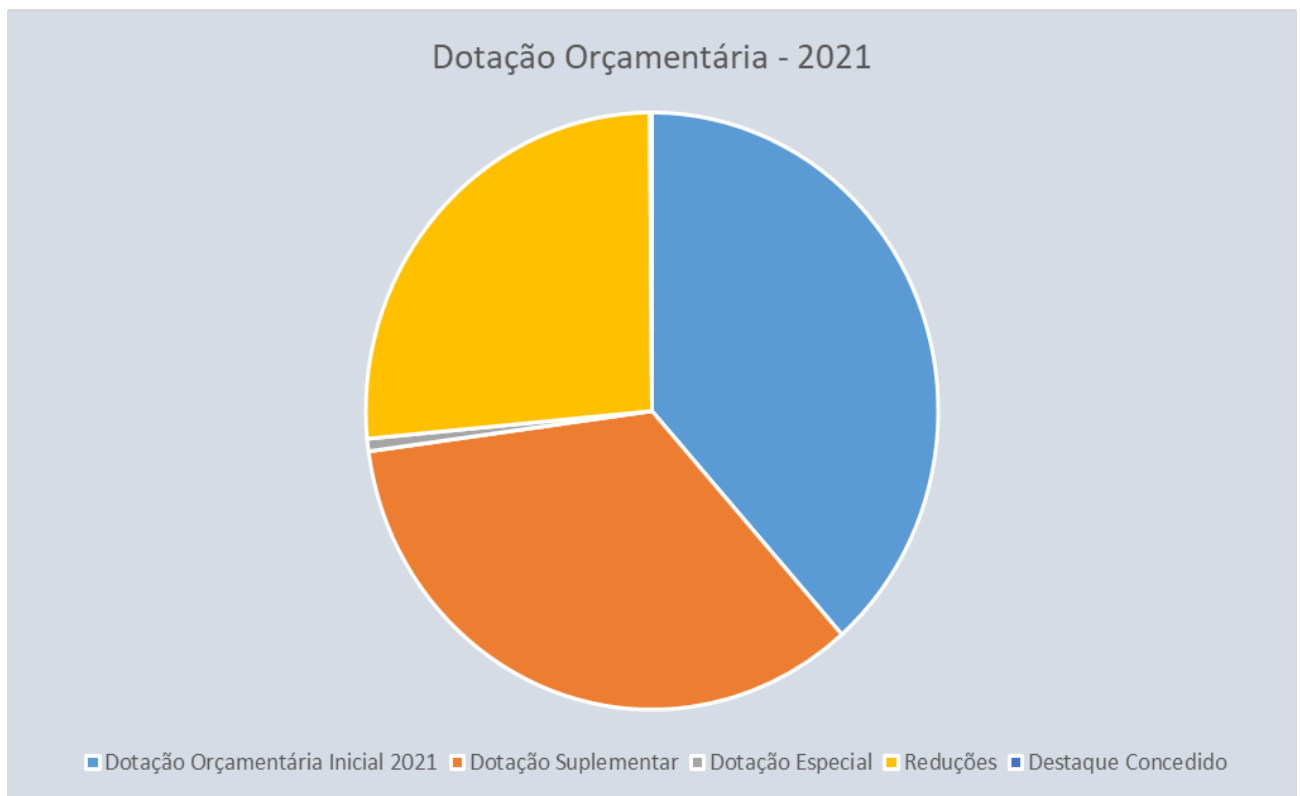
Demonstrativo da Execução Orçamentária

Descrição	Valor em R\$	Percentual %
Dotação Orçamentária Inicial 2021	123.775.000,00	81,76
Dotação Suplementar	110.664.239,37	73,10
Dotação Especial	2.183.700,00	1,44
Reduções	-84.852.037,08	-56,05
Destaque Concedido	-375.000,00	-0,25
Dotação Autorizada	151.395.902,29	100
Empenhos (01/01/2021 a 31/12/2021)	-147.708.504,02	
Saldo Disponível em 31.12.2021	3.687.398,27	2

Fonte: REL_EXEORC_03-AFI/2021

Foi empenhado durante o exercício o valor de R\$147.708.504,02 (cento e quarenta e sete milhões, setecentos e oito mil, quinhentos e quatro reais e dois centavos) correspondendo a 98% (noventa e oito por cento) das despesas autorizadas para o exercício, o que gerou uma economia orçamentária de R\$3.687.398,27 (três milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, trezentos e noventa e oito reais e vinte e sete centavos), representando 2% (dois por cento) da Dotação Orçamentária Final do exercício, pois os gastos executados somaram valores inferiores aos fixados. Podendo ser visualizado conforme gráfico abaixo. Foi concedido Destaque no valor de R\$375.000,00 (trezentos e setenta e cinco mil reais) do valor disponibilizado de R\$12.858.047,60 (doze milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, quarenta e sete reais e sessenta centavos), tendo sido devolvido o valor de R\$12.483.047,60 (doze milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, quarenta e sete reais e sessenta centavos), conforme item 4.2 das Notas Explicativas.





Receita Orçamentária

Analisando a **Receita Orçamentária**, foi verificado que no decorrer do Exercício foi realizado o total de **R\$126.955.062,16** (cento e vinte e seis milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, sessenta e dois reais e dezesseis centavos), sendo **Receita Patrimonial** o montante de **R\$8.929.228,68** (oito milhões, novecentos e 7%; **Receita de Serviços** no valor de **R\$105.787.541,44** (cento e cinco milhões, setecentos e oitenta e sete mil, quinhentos e quarenta e um reais e quarenta e quatro centavos) equivalente a 83,3%; **Outras Receitas correntes** no valor de **R\$12.238.292,04** (doze milhões, duzentos e trinta e oito mil, duzentos e noventa e dois reais e quatro centavos) equivalente a 9,7%; conforme demonstrativo abaixo:



TABELA 04

Receita Orçamentária

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Receitas Correntes (Total)	126.955.062,16	Nota
Receita Patrimonial	8.929.228,68	
Receita Financeira	879.114,31	1
Outras Delegações de serviços públicos principal	8.050.114,37	2
Receita de Serviços	105.787.541,44	
Serviços de Registro, certificação e fiscalização	82.226.516,52	3
Outros serviços	23.561.024,92	4
Outras Receitas Correntes	12.238.292,04	
Multas Prevista em legislação específica	11.125.999,90	5
Outras Restituições	83.241,45	6
Outras Receitas Primárias	1.029.050,69	7

Fonte: ANEXO-10-AFI/2021/Balancete 12/2021.

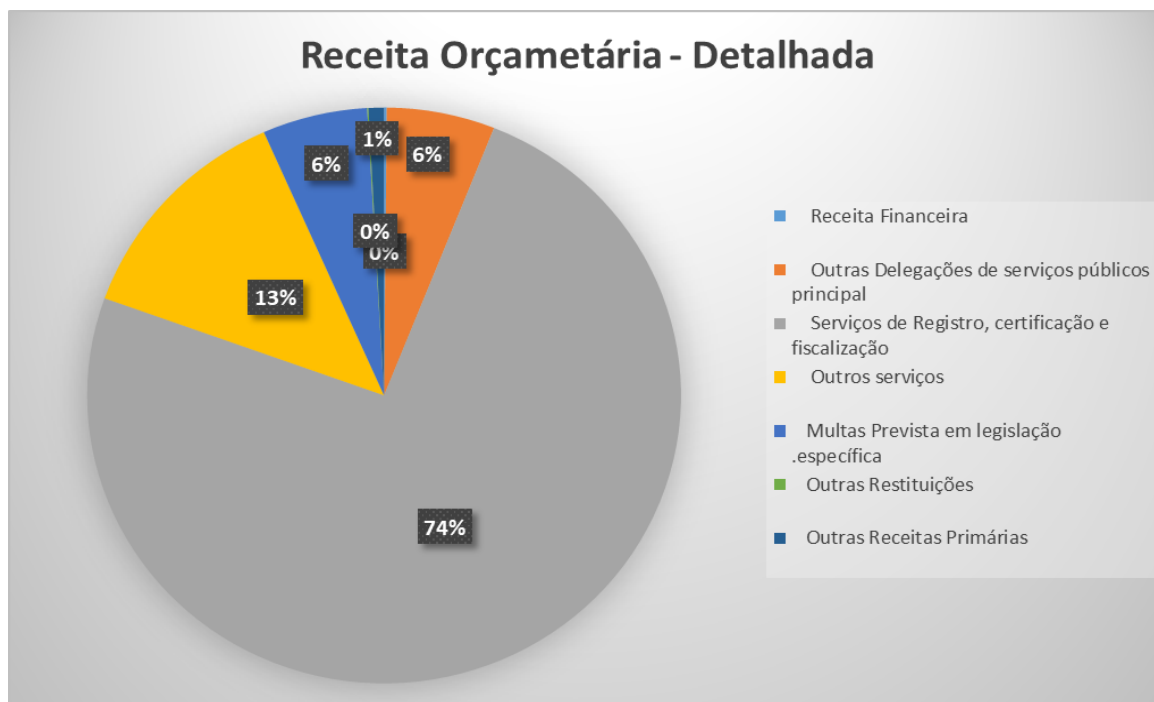
NOTAS:

- 1 – **Receita Financeira:** Resultado de aplicações financeiras realizadas no exercício.
- 2 - **Outras Delegações de serviços públicos principal:** Valor oriundo de Termos de cooperação técnica com a empresa Arqdigital Ltda e ANOREG relativo a Concessão de Serviços de Registro de contrato de financiamento de veículos e Concessão de Serviços de Registro de comunicação de venda de veículos respectivamente.
- 3 - **Serviços de Registro, certificação e fiscalização:** Valor oriundo de Taxa de Serviços de Veículos.
- 4 - **Outros serviços:** Valor oriundo rde Taxa de Serviços de CNH e outros serviços.
- 5 - **Multas Prevista em legislação específica:** Valor oriundo da cobrança de multas relativas a infrações de trânsito recebidas no exercício.
- 6 – **Outras Restituições:** Valor oriundo de restituições em folha de pagamento, como cota vale transporte e faltas injustificadas.



7 – **Outras Receitas primárias:** Valor oriundo de Termos de cooperação técnica com DPVAT e SNG FR 285, conforme Contas correntes: Ag 3739 – Bradesco – 58.7710 e 58.798-2 respectivamente.

Essa distribuição pode ser evidenciada através do gráfico abaixo.



3. DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

3.1 Receita Orçamentária

O orçamento é um importante instrumento de planejamento de qualquer entidade, seja pública ou privada, e representa o fluxo previsto de ingressos e de aplicações de recursos em determinado período.

A matéria pertinente à receita vem disciplinada no art. 3º, conjugado com o art. 57, e no art. 35 da Lei nº 4.320/1964:



*“Art. 3º A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.
Parágrafo único. Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação da receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias, no ativo e passivo financeiros.*

[...]

Art. 57. Ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 3º desta lei serão classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no Orçamento.

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I - as receitas nele arrecadadas;

II - as despesas nele legalmente empenhadas”

Em sentido amplo, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado denominam-se receitas públicas, registradas como receitas orçamentárias, quando representam responsabilidades de recursos financeiros para o erário ou ingressos extra-orçamentários, quando representam apenas entradas compensatórias.

Os §§ 1º e 2º do art. 11 da Lei no 4.320, de 1964, classificam as receitas orçamentárias em “Receitas Correntes” e “Receitas de Capital”.

3.1.1. Receitas Correntes

Receitas Orçamentárias Correntes são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, em geral com efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas.

De acordo com o § 1º do art. 11 da Lei nº 4.320, de 1964, classificam-se como Correntes as receitas provenientes de tributos; de contribuições; da exploração do patrimônio estatal (Patrimonial); da exploração de atividades econômicas (Agropecuária, Industrial e de Serviços); de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (Transferências Correntes); por fim, demais receitas que não se enquadram nos itens anteriores (Outras Receitas Correntes).



3.1.2. Receitas de Capital

Receitas Orçamentárias de Capital também aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas. Porém, de forma diversa das Receitas Correntes, as Receitas de Capital em geral não provocam efeito sobre o Patrimônio Líquido.

De acordo com o § 2º do art. 11 da Lei no 4.320, de 1964, com redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.939, de 20 de maio de 1982, Receitas de Capital são as provenientes tanto da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas e da conversão, em espécie, de bens e direitos, quanto de recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado e destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.

O Anexo 10 da Lei 4.320/64 demonstra o comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada por categoria econômica. **Na tabela 05** demonstraremos a execução da receita orçamentária do exercício de 2020, que totalizou uma arrecadação de **R\$128.226.236,92** (cento e vinte e oito milhões, duzentos e vinte e seis mil, duzentos e trinta e seis reais e noventa e dois centavos).

Tabela

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

Títulos	Receita Orçada Atualizada	Receita Arrecadada	Diferença	%
	R\$	R\$	R\$	
RECEITAS CORRENTES				
Receita Patrimonial	9.205.000,00	8.929.228,68		
Remuneração De Depósitos Bancários	605.000,00	879.114,31	274.114,31	45,31
Outras delegações de serviços públicos	8.600.000,00	8.050.114,37	549.885,63	-6,39
Receita De Serviços	103.000.000,00	105.787.541,44		
Serviços Registros, certificação e fiscalização	82.000.000,00	82.226.516,52	226.516,52	0,28
Outros Serviços	21.000.000,00	23.561.024,92	2.561.024,92	12,2
Outras Receitas Correntes	10.400.000,00	11.125.999,90		



Multas Previstas em legislação específica	10.400.000,00	11.125.999,90	725.999,90	6,98
Outras restituições	170.000,00	83.241,45	- 86.758,55	-51,03
Outras receitas primárias	1.000.000,00	1.029.050,69	29.050,69	2,91
Totais	123.775.000,00	126.955.062,16		
Fonte: Anexo 10 - AFI/2021				

Detalhamento da tabela acima consta na página 9 das Notas Explicativas a qual faz parte das Demonstrações Contábeis.

Com relação a Receita Orçada:

Entre as receitas diretamente arrecadadas através dos serviços executados por esta autarquia destaca-se o aumento na arrecadação final de 12,2% (doze vírgula dois por cento) superior ao valor orçado, relativo a serviços de CNH – Carteira Nacional de Habilitação.

Ressalta-se ainda que no ano 2021 o DETRAN-AM reajustou o valor das suas taxas de serviços em 01/09/2021 pelo IPCA de acordo com a Lei Complementar nº 148/2014 e Decreto Estadual nº 43.647, de 31 de março de 2021. O reajuste foi acumulado dos últimos 24 meses contando a partir de abril de 2020 a 04/2021 equivalente a 9,60 (nove vírgula sessenta por cento). Lembrando que os reajustes estavam suspensos devido ao Decreto nº 42.100, de 23 de março de 2020, que declarou Estado de Calamidade Pública, para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, em razão da grave crise de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19.

3.2 Despesas Orçamentárias



A despesa pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade. Os dispêndios, assim como os ingressos, são tipificados em orçamentários e extra orçamentários.

Segundo o art. 35 da Lei nº 4.320/1964:

“Pertencem ao exercício financeiro:

I - as receitas nele arrecadadas;

II - as despesas nele legalmente empenhadas.”

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público/STN, dispêndio extra orçamentário é a aquele que não consta na lei orçamentária anual, compreendendo as diversas saídas de numerários, decorrentes de depósitos, pagamentos de restos a pagar, resgate de operações de crédito por antecipação de receita e saídas de recursos transitórios.

Para fins contábeis, a despesa orçamentária pode ser classificada quanto ao impacto na situação líquida patrimonial em:

Despesa Orçamentária Efetiva - aquela que, no momento de sua realização, reduz a situação líquida patrimonial da entidade. Constitui fato contábil modificativo diminutivo.

Despesa Orçamentária Não Efetiva – aquela que, no momento da sua realização, não reduz a situação líquida patrimonial da entidade e constitui fato contábil permutativo.

O DETRAN teve sua **Dotação Inicial atualizada para R\$151.395.902,29** (cento e cinquenta e um milhões, trezentos e noventa e cinco mil, novecentos e dois reais e vinte e nove centavos). **As despesas empenhadas** pelo DETRAN-AM totalizaram o valor de **R\$147.708.504,02** (cento e quarenta e sete milhões, setecentos e oito mil, quinhentos e quatro reais e dois centavos), **com valor Liquidado de R\$137.841.452,70** (cento e trinta e sete milhões, oitocentos e quarenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e setenta centavos); sendo **pago** no exercício o valor de **R\$137.827.248,20** (cento e trinta e sete milhões, oitocentos e vinte e sete mil, duzentos e quarenta e oito reais e vinte centavos), resultando numa **economia orçamentária** de R\$3.687.398,27 (três milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, trezentos e noventa e oito reais e vinte e sete centavos), demonstrando assim compromisso com as obrigações assumidas.

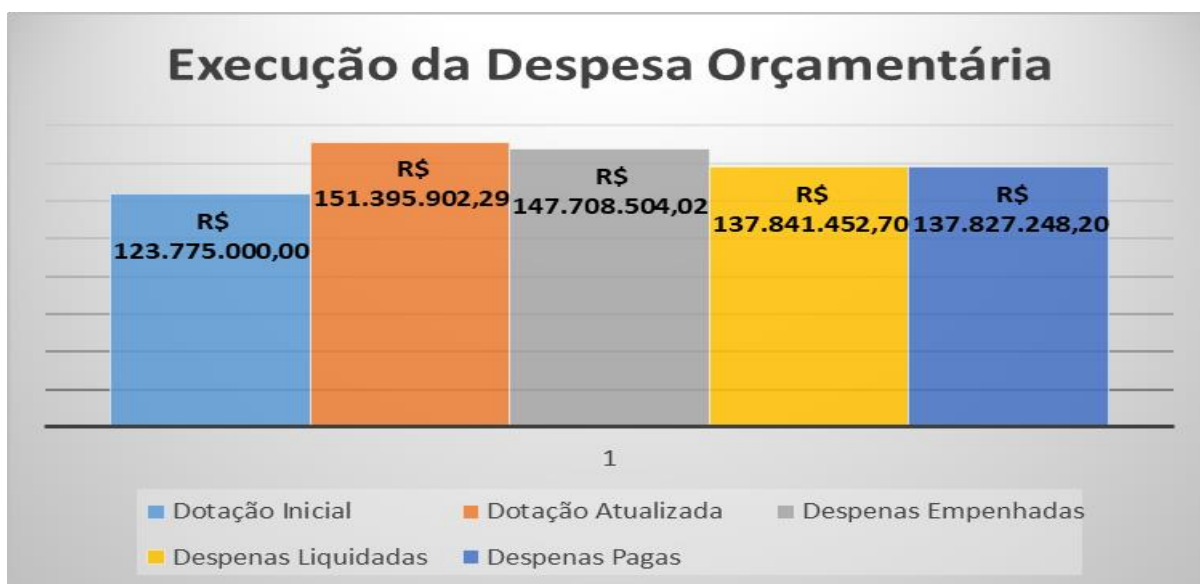


Relatório de Execução da Despesa

Tabela 06

Execução orçamentária

Dado	Valor
Dotação Inicial	R\$ 123.775.000,00
Dotação Atualizada	R\$ 151.395.902,29
Despesas Empenhadas	R\$ 147.708.504,02
Despesas Liquidadas	R\$ 137.841.452,70
Despesas Pagas	R\$ 137.827.248,20



FONTE-ANEXO 12 – Balanço Orçamentário-AFI/2021

Conforme o Art. 36 da Lei 4.320/64 consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas, em liquidação e não processadas. Para o exercício seguinte foi inscrito em **Restos a Pagar o montante de R\$12.452,07** (doze mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e sete centavos), as Despesas empenhadas, não reconhecidas e não liquidadas, foram inscritas em **Restos a Pagar Não Processados** no valor de **R\$9.867.051,32** (nove milhões, oitocentos e sessenta e sete mil,



cinquenta e um reais e trinta e dois centavos), conforme anexo 17 Demonstrativo da Dívida Flutuante do sistema AFI/2021.

4. DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) são compostas pelas demonstrações enumeradas pela Lei nº 4.320/19641, pelas demonstrações exigidas pela NBC T 16. 6 – Demonstrações Contábeis e pelas demonstrações exigidas pela Lei Complementar nº 101/2000, as quais são:

- a. Balanço Orçamentário;
- b. Balanço Financeiro;
- c. Balanço Patrimonial;
- d. Demonstração das Variações Patrimoniais;
- e. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- f. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram atualizadas pela Portaria STN n.º 840, de 21 de dezembro de 2016, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP). Em função da atualização dos anexos da Lei nº 4.320/1964, somente os demonstrativos do Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstrações das Variações Patrimoniais serão apresentados nesta prestação de contas.

A Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) tem como objetivo padronizar a estrutura e as definições dos elementos que compõem as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP. Tais padrões devem ser observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, permitindo a evidenciação, a análise e a consolidação das contas públicas em âmbito nacional, em consonância com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).



Este Manual observa a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

4.1. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, definido no art. 101 da Lei nº 4.320/1964, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Em sua estrutura, deve evidenciar as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontar o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrar o resultado orçamentário e discriminar:

- (a) as receitas por fonte (espécie); e
- (b) as despesas por grupo de natureza.

O Balanço Orçamentário apresentará as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Demonstrará também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

O Balanço Orçamentário é composto por:

- a. Quadro Principal;
- b. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e
- c. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

Analisando a **Receita Orçamentária**, foi verificado que no decorrer do Exercício foi realizado o total de **R\$126.955.062,16** (cento e vinte e seis milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, sessenta e dois reais e dezesseis centavos), sendo **Receita Patrimonial** o montante de **R\$8.929.228,68** (oito milhões, novecentos e vinte e nove mil, duzentos e vinte e oito reais e sessenta e oito centavos) equivalente a 7%; **Receita de Serviços** no valor de **R\$105.787.541,44** (cento e cinco milhões, setecentos e oitenta e sete mil, quinhentos e quarenta e um reais e quarenta e quatro centavos) equivalente a 83,5%; **Outras Receitas correntes** no valor de



R\$12.238.292,04 (doze milhões, duzentos e trinta e oito mil, duzentos e noventa e dois reais e quatro centavos) equivalente a 9,5%; devidamente evidenciado no Anexo 12 – Balanço Orçamentário extraído do sistema AFI/2021.

Quanto as **Despesas Orçamentárias**, foi empenhado durante o exercício o montante de **R\$ 147.413.686,42** (cento e quarenta e sete milhões, quatrocentos e treze mil, seiscentos e oitenta e seis reais e quarenta e dois centavos); devidamente evidenciado no Anexo 12 – Balanço Orçamentário extraído do sistema AFI/2021.

Vide detalhes no relatório das Notas Explicativas 2021 integrante das demonstrações contábeis.

4.2. Balanço Orçamentário

Segundo a Lei nº 4.320/64, o Balanço Financeiro demonstra os ingressos (entradas) e dispêndios (saídas) de recursos financeiros a título de receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos de disponibilidades do exercício anterior (Receita) e do saldo da Disponibilidade para o Exercício Seguinte.

Assim, o Balanço Financeiro é um quadro com duas seções: **Ingressos** (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extra orçamentários) e **Dispêndios** (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extra orçamentários), que se equilibram com a inclusão das Disponibilidades do Período Anterior na Seção dos Ingressos, e as disponibilidades para o período seguinte na Seção dos Dispêndios.

O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os extra orçamentários e dos dispêndios, orçamentários com os extra orçamentários. Se os ingressos forem maiores que os dispêndios, ocorrerá um superávit; caso contrário ocorrerá um déficit. Este resultado não deve ser entendido como superávit ou déficit financeiro do exercício, cuja apuração é obtida no Balanço Patrimonial. O resultado financeiro do exercício pode ser também apurado pela diferença entre as disponibilidades para o exercício seguinte e as disponibilidades do exercício anterior.

“Em geral, um resultado financeiro positivo é um indicador de equilíbrio financeiro. No entanto, uma variação positiva na disponibilidade do período não é sinônimo, necessariamente, de bom



desempenho da gestão financeira, pois pode decorrer, por exemplo, da elevação do endividamento público. Da mesma forma, a variação negativa não significa, necessariamente, um mau desempenho, pois pode decorrer de uma redução no endividamento”. (MCASP 8ª. Ed)

“**Os Ingressos** (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extra orçamentários) e **Dispêndios** (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extra orçamentários) **se equilibram** por meio da inclusão do **Saldo em Espécie do Exercício Anterior** na coluna dos Ingressos e do Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte na coluna dos Dispêndios”. (MCASP 8ª. Ed)

Desta forma o **Resultado do Balanço Financeiro** apurado em 2021 foi deficitário de R\$ **12.924.086,09** (doze milhões, novecentos e vinte e quatro mil, oitenta e seis reais e nove centavos).

Tendo sido utilizado o Saldo em espécie do Exercício anterior no valor de R\$31.893.739,62, conforme demonstrativo da tabela abaixo para equilibrar o saldo.

Tabela 07

Demonstrativo do Balanço Financeiro-2021

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$	TOTAL R\$
1. INGRESSOS		193.295.798,41
(+) Receita Orçamentária	126.955.062,16	
(+) Transferências Recebidas indep. Da exe. Orçamentária	-	
(+) Recebimentos Extra Orçamentários	66.340.736,25	
2. DISPÊNDIOS		206.219.884,50
(-) Despesas Orçamentárias	147.708.504,02	
(-) Transferências Financeiras Concedidas	13.124.104,68	
(-) Pagamentos Extra Orçamentários	45.387.275,80	
3. Resultado Financeiro em 31/12/2019 (1-2)		-12.924.086,09
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		
4. Saldo do Exercício Atual 31/12/2021		18.969.653,53
Caixa e Equivalente de Caixa	18.969.653,53	
5. Saldo do Exercício Anterior 31/12/2020		31.893.739,62
Caixa e Equivalente de Caixa	31.893.739,62	
6. Confirmação do Resultado Financeiro Superávit/Déficit (4-5)		- 12.924.086,09
FONTE: AFI - ANEXO 13/2021		



4.3. Balanço Patrimonial

Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8ª Edição, o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação, conforme as seguintes definições:

a) Ativo - são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

b) Passivo - são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade, saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

c) Patrimônio Líquido - é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

d) Contas de Compensação - compreende os atos que possam vir ou não a afetar o patrimônio.

No Patrimônio Líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores, além de outros itens.

Os ativos devem ser classificados como circulantes quando estiverem disponíveis para realização imediata e tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.



O Ativo Circulante compreende os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: seja caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; sejam realizáveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. **Ativo Circulante** totalizou **R\$ 22.171.967,54** (vinte e dois milhões, cento e setenta e um mil, novecentos e sessenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos).

O Ativo não Circulante compreende os ativos realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis, sendo composto por Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível. Ativo não Circulante foi apurado em **R\$ 28.776.407,07** (vinte e oito milhões, setecentos e setenta e seis mil, quatrocentos e sete reais e sete centavos), totalizando o Ativo em **R\$50.948.374,61** sessenta e um milhões, duzentos e oitenta e seis mil, trezentos e trinta e um reais e setenta e um centavos).

Os Demais Créditos e Valores a Curto prazo destacado no Ativo Circulante de R\$1.800,00 (mil e oitocentos reais) refere-se a saldo de suprimento de fundos, valor remanescente após tomada de contas especial efetuada pelo DETRAN/AM.

Os Estoques de material de uso e consumo no valor de R\$3.200.514,01 (três milhões, duzentos mil, quinhentos e quatorze reais e um centavo) refere-se a todo material existente no almoxarifado de produtos de uso e consumo interno, tais como material de expediente, material de limpeza, material gráfico, material de informática, entre outros.

Os Investimentos apresentados no Balanço Patrimonial no valor de R\$3.198,44 (três mil, cento e noventa e oito reais e quarenta e quatro centavos) refere-se a Ações adquiridas na época da empresa de telefonia fixa – Telamazon – cujo valor o DETRAN estará providenciando o reembolso financeiro do respectivo valor e baixa patrimonial.

O Imobilizado tem valor mensurado com base no valor de aquisição, em 2021 foi incorporado bens no valor total de R\$344.679,60 (trezentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e setenta e nove reais e sessenta centavos). Vide abaixo tabelas com demonstrativos da variação citada e detalhamento das contas alteradas.



Tabela 08**VARIAÇÃO DO IMOBILIZADO 2021**

Imobilizado	2021	2020	Variação
	R\$	R\$	R\$
Bens Móveis R\$	18.728.890,59	18.384.210,99	344.679,60
Bens Imóveis R\$	12.990.475,33	12.990.475,33	0,00
Totais	31.719.365,92	31.374.686,32	344.679,60
Fonte: Balancete 12- AFI/2021			

Tabela 09**Detalhamento da Variação do Imobilizado**

Imobilizado com Aumento 2021	Variação R\$
1231101010000 - Aparelhos De Medição E Orientação	28.700,00
1231101020000 - Aparelhos E Equipamentos De Comunicação	8.340,00
1231101050000 - Equipamento De Proteção, Segurança E Socorro	92.625,00
1231101230000 - Maquinas, Utensílios E Equipamentos Diversos	14.220,00
1231102010000 - Equipamentos De Processamento De Dados	126.073,20
1231103010000 - Aparelhos E Utensílios Domésticos	23.700,00
1231103030000 - Mobiliário Em Geral	48.624,40
1231105010000 - Veículos Em Geral - Não Motorizados	2.397,00
Total da Variação no Ano R\$	344.679,60

Fonte: Balancete Analítico 12/2021-AFI

Depreciação calculada pelo Sistema AJURI utilizando as taxas de acordo com os bens registrados. Lembrando que o DETRAN-AM ainda está em fase de atualização do seu Patrimônio, efetuando Inventário com esta finalidade e atualizar os valores de depreciações e bens registrados. A depreciação lançada em 2021 foi apresentada pelo setor de Patrimônio com valor referente aos bens já inventariados, ficando os demais a serem ajustados no decorrer do exercício seguinte conforme relatórios a serem apresentados pelo fechamento do inventário patrimonial.



Tabela 10
Varição da Depreciação 2021

Depreciação Acumulada	Valor R\$
2021	2.946.157,29
2020	2.760.892,65
Varição	185.264,64
Fonte: Balancete 12- AFI/2021-AJURI	

Quanto ao **Passivo Circulante** compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Passivo Circulante totalizou o montante **R\$1.051.101,03** (um milhão, cinquenta e um mil, cento e um reais e três centavos),

Tabela 11

Composição do Passivo Circulante	
Conta Contábil - Descrição	Valor R\$
2131101010000 - Fornecedores e Credores do Exercício	12.452,07
2188101011200 - Retenção de Dívidas Pessoais	1.752,43
2188104994300 - Recursos de Terceiros	1.036.896,53
Total	1.051.101,03

Fonte: Balanço Patrimonial-AFI/2021

O Patrimônio Líquido compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. O Patrimônio Líquido foi de **R\$49.894.363,579** (quarenta e nove milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, trezentos e sessenta e três reais e cinquenta e sete centavos). O Resultado do Exercício apurado em 31/12/2021 foi de **SUPERÁVIT** de **R\$8.051.501,18** (oito milhões, cinquenta e um mil, quinhentos e um reais e dezoito centavos), conforme demonstrativo do Anexo 14 – Balanço Patrimonial de 31/12/2021.



Tabela 12

Demonstrativo do Balanço Patrimonial

<i>TÍTULO</i>	<i>2021</i>
(+) ATIVO CIRCULANTE (1)	22.171.967,54
(+) ATIVO NÃO CIRCULANTE (2)	28.776,407,07
(-) PASSIVO CIRCULANTE (3)	-1.051.101,03
(-) PASSIVO NÃO CIRCULANTE (4)	-2.910,01
= PATRIMÔNIO LÍQUIDO (5) = (1+2-3-4)	49.894.363,57

Fonte: AFI/2020 – Anexo 14

4.4. Variações Patrimoniais

Segundo o art. 104 da Lei nº 4.320/1964,

“a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.”

As alterações verificadas no patrimônio consistem nas **variações quantitativas e qualitativas**. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

As que **Aumentaram** o patrimônio totalizaram **R\$ 154.066.311,62** (cento e cinquenta e quatro milhões, sessenta e seis mil, trezentos e onze reais e sessenta e dois centavos); as que **Diminuíram** o Patrimônio totalizaram **R\$150.137.552,00** (cento e cinquenta milhões, cento e trinta e sete mil, quinhentos e cinquenta e dois reais). O **Resultado Patrimonial** do Período foi apurado positivamente em **R\$3.928.759,62** (três milhões, novecentos e vinte e oito mil, setecentos e cinquenta e nove reais e sessenta e dois centavos), assim demonstrado na **Tabela abaixo**.



Tabela 13
Demonstrativo da Variação Patrimonial

Títulos	2021	Nota	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	154.066.311,62		150.661.263,23
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	113.837.655,81	1	119.532.917,69
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	113.837.655,81		119.532.917,69
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	879.114,31	2	182.362,49
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	879.114,31		182.362,49
Transferências e Delegações Recebidas	24.045.745,76	3	21.670.236,41
Transferências Intragovernamentais	12.749.104,68		21.670.236,41
Transferências Intergovernamentais	11.296.641,08		
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	3.065.503,70	4	764.789,90
Ganhos com Incorporação de Ativos	3.065.503,70		764.789,90
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	12.238.292,04	5	8.510.956,74
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	12.238.292,04		8.510.956,74
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	150.137.552,00		138.438.635,85
Títulos			
Pessoal e Encargos	25.100.914,15	6	24.809.443,29
Remuneração a Pessoal	16.313.842,64		15.819.728,13
Encargos Patronais	4.004.712,00		3.957.905,20
Benefícios a Pessoal	4.762.869,60		5.029.094,40
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	19.489,91		2.715,56
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	108.353.308,26	7	89.758.788,36
Uso de Material de Consumo	4.081.572,62		589.866,18
Serviços	104.086.471,00		89.037.775,96
Depreciação, Amortização e Exaustão	185.264,64		131.146,22
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	558,40	8	5.367,81
Juros e Encargos de Mora	558,40		5.367,81
Transferências e Delegações Concedidas	13.124.104,68	9	21.670.236,41



Transferências Intragovernamentais	13.124.104,68		21.670.236,41
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	626.127,13	10	402.612,69
Desincorporação de Ativos	626.127,13		402.612,69
Tributárias	1.660.002,55	11	1.137.287,72
Contribuições	1.660.002,55		1.137.287,72
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.272.536,83	12	654.899,57
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.272.536,83		654.899,57
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	3.928.759,62		12.222.627,38

Notas Detalhadas nas Notas Explicativas anexas as demonstrações contábeis apresentadas.

4.5. Demonstrativo da Dívida Flutuante

A Dívida Flutuante consigna as obrigações que têm prazo de vencimento inferior a doze meses. O exercício 2020 foi encerrado com o saldo de **R\$9.879.503,39** (nove milhões, oitocentos e setenta e nove mil, quinhentos e três reais e trinta e nove centavos). Demais detalhamentos e conclusões constam no relatório de Notas Explicativas que também integram a prestação de contas.

5. GASTOS COM PESSOAL

O DETRAN-AM possuía em 31/12/2021 em seu quadro funcional 489 servidores, sendo 232 regidos pela CLT-Consolidação das Leis do Trabalho, 01 estatutários, 57 cargos de comissionado e 183 estagiários, agregando ainda 16 cargos dos colegiados CETRAN e JARI. Salientamos que esta administração já elaborou o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração-PCCS e proposta de Projeto de Lei para alteração da estrutura organizacional do DETRAN-AM o qual encontra-se em fase de revisão pela comissão formada com este objetivo, com previsão de



concurso público para o ano de 2022. Apresentamos abaixo resumo dos gastos com Pessoal e quadro de colaboradores em 31/12/2021.

Valor referente despesas com pessoal e encargos sociais conforme tabela abaixo:

Tabela
GASTOS COM PESSOAL

Descrição	2021 (R\$)	Part. %	2020 (R\$)	Varição
				%
Remuneração a Pessoal	16.313.842,64	65,00	15.819.728,13	3,12
Encargos Patronais	4.004.712,00	15,95	3.957.905,20	1,18
Benefícios a Pessoal	4.762.869,60	18,97	5.029.094,40	- 5,29
Outras Variações e Encargos *	19.489,91	0,08	2.715,56	617,71
Total	25.100.914,15	100	24.809.443,29	

* Indenizações Trabalhistas.

Fonte: Balancete Analítico 12/2021-AFI

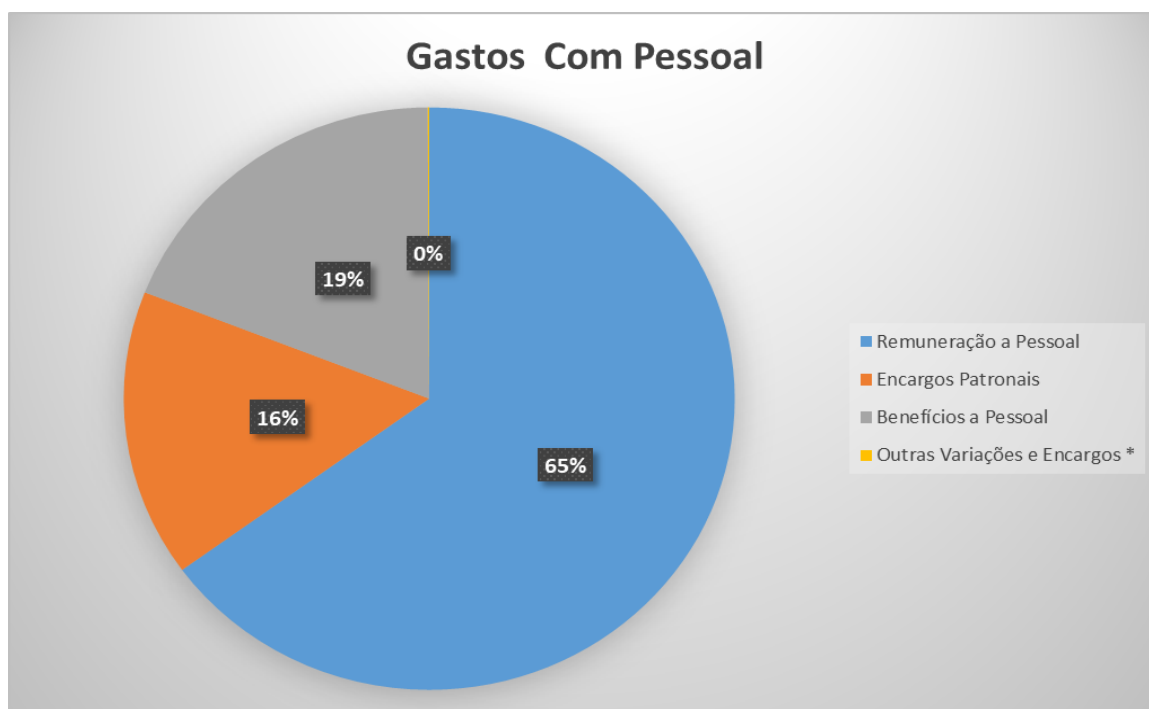


Tabela 15
QUADRO DE SERVIDORES EM 31.12.2021

Tipo	Nº de Servidores	%
CLT	232	47,45
Estatutário	1	0,2
Comissionado	57	11,66
Cetran/Jari	16	3,27
Estagiários:	183	37,42
Nível Medio: 25		
Nível Superior: 158		
Total	489	100

Fonte: Folha-
DETRAN/12/2021

Para mantermos a estrutura funcional desta autarquia efetuamos contratação de mão de obra vinculada a empresa de prestação de serviço para apoio administrativo, manutenção, limpeza e conservação. Visando atender as demandas de serviços o DETRAN contratou estagiários que atuam em todas as áreas operacionais de atendimento ao usuário, em número citado anteriormente; segue abaixo demonstrativo resumido dos gastos respectivos:

CETTRAN – Conselho Estadual de Trânsito: É o órgão máximo normativo, consultivo e coordenador do Sistema Nacional de Trânsito na área do respectivo estado. Cada estado da federação possui o seu conselho, e a sede de cada conselho é na capital do respectivo estado

As Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (**JARI**) foram instituídas pelo Artigo 16 do CTB - Código de Trânsito Brasileiro, Lei Federal nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997 e é um órgão integrante do Sistema Nacional de Trânsito - SNT.

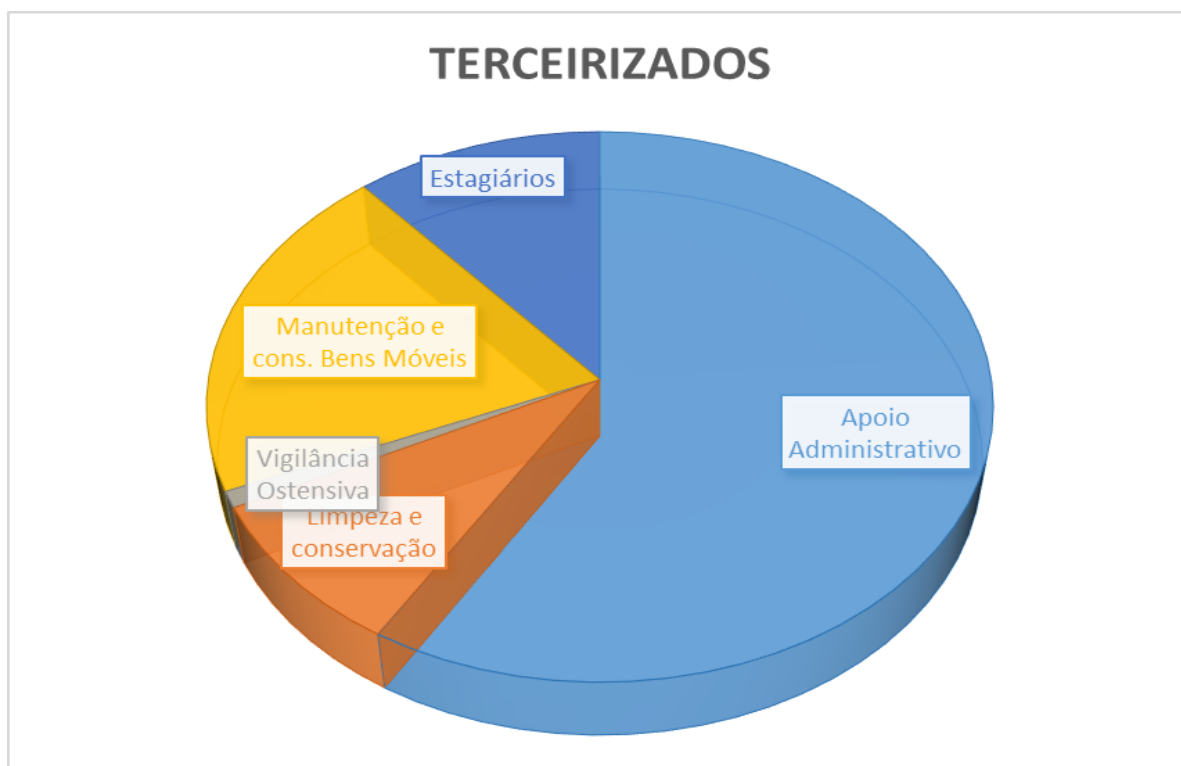


Tabela 16
TERCEIRIZADOS

GASTOS COM LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E ESTAGIÁRIOS

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	%
Apoio Administrativo	8.777.640,72	58,68
Limpeza e conservação	1.333.219,21	8,91
Vigilância Ostensiva	144.326,00	0,96
Manutenção e cons. Bens Móveis	3.022.437,47	20,20
Estagiários	1.681.642,36	11,24
Total	14.959.265,76	100,00

Fonte: Balancete 12/2021-AFI



6. AÇÕES NO TRÂNSITO

Cumprindo suas competências conforme Art. 22 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, CTB-Código de Trânsito Brasileiro Mesmo *em conjunto* com o BPTRANS – Batalhão de Policiamento de Trânsito da Polícia Militar, esta autarquia vem mantendo ações de fiscalização das normas de trânsito na capital, principalmente quanto ao combate à infração de dirigir sob efeito de bebidas alcoólicas, tirando ainda de circulação veículos com documentação irregular e em condições precárias de circulação, apreensão de habilitações irregulares e condução dos respectivos condutores para reabilitação, além de fazer cumprir determinações dos decretos de combate a pandemia. DETRAN-AM manteve-se integrado a equipes de fiscalização de medidas restritivas para conter COVID-19.

6.1 Habilitados

O Estado do Amazonas possui 814.247 (oitocentos e quatorze mil, duzentos e quarenta e sete) condutores devidamente habilitados em 31.12.2021, registrando assim um aumento de 4,09% com relação ao mesmo período do ano anterior onde fora registrado 782.237 habilitados, nas mais diversas categorias. Do total de habilitados, 69,81% são do sexo masculino e 30,19% feminino. Onde 86,67% estabelecidos na capital e 13,33% no interior do Estado.

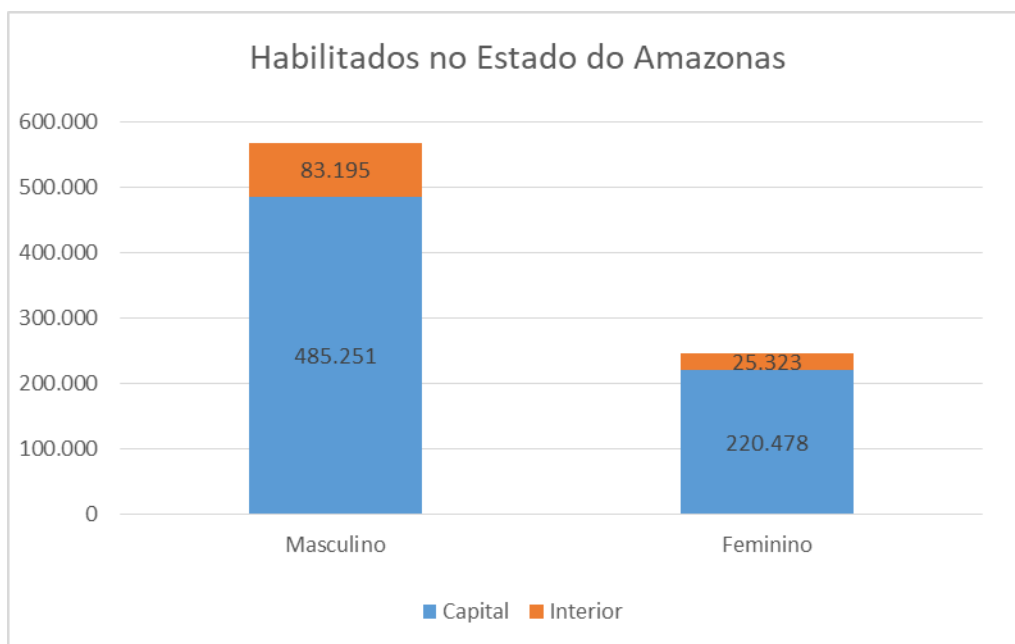
Tabela 17

NÚMERO DE HABILITADOS NO ESTADO DO AMAZONAS

Local	Masculino	Feminino	Total
Capital	485.251	220.478	705.729
Interior	83.195	25.323	108.518
Total	568.446	245.801	814.247

Fonte: Setor Estatística DETRAN/2021





6.2 Provas Aplicadas

Em 2021 foram solicitadas 269.612 (duzentos e sessenta e nove mil, seiscentos e doze) aplicações de provas de legislação e direção, deste total 140.809 (cento e quarenta mil, oitocentos e nove) equivalente a 52% candidatos foram aprovados, 128.803 (cento e vinte e oito mil, oitocentos e três) equivalente a 48% dos candidatos foram reprovados e, vide tabela demonstrativa abaixo:

Tabela 18

EXAMES REALIZADOS EM 2021

Tipo	1º Teste	Reteste	Soma
Legislação	41.569	88.202	129.771
Direção	53.445	86.396	139.841
Total	95.014	174.598	269.612

Tipo	Aptos	Inaptos	Soma
Legislação	60.297	69.474	129.771
Direção	80.512	59.329	139.841
Total	140.809	128.803	269.612



6.3 Educação no Trânsito

Por ter sido um ano atípico, e em cumprimento do Decreto de calamidade pública em função da pandemia causada pelo vírus COVID 19, nossas atividades realizadas se resumiram apenas ao período antes das sanções sanitárias, tendo em 2020 uma queda de 244,65% com relação ao público alcançado em 2019; já **em 2021** tivemos redução de 41,58% com relação a público, apesar de termos aumento no número de ações cujo público a ser atingido depende dos locais disponibilizados, locais abertos são mais acessíveis e em 2021 tivemos eventos on line, e em locais mais fechados. Relação as atividades realizadas, vide tabela abaixo:

Tabela 19

RESUMO DAS ATIVIDADES		
ATIVIDADES	QUANTIDADE	PÚBLICO
Escolas	74	11.128
Empresas	15	886
Eventos	17	3.756
Interior	9	2.077
TOTAL	115	17.847
Atividades de 2020	33	30.551

FONTE: Anuário 2021-Estatística DETRAN-AM

6.4 Transparência

O DETRAN-AM mantém em seu site oficial (www.detran.am.gov.br) informações relativas ao atendimento da Lei de Acesso a Informação (12.527/2011); Lei da Transparência (LC 131/2009) e Decreto Estadual nº 36.819/2016, mantendo quadro de servidores treinados para atendimento ao sistema e-SIC divulgado em suas instalações e via site oficial.

Sabendo-se que a Transparência Pública é a obrigação da Administração Pública de promover a prestação de contas à população a qual divide-se em:

- a) Transparência Ativa



b) **Transparência Passiva**

Sendo a primeira aquela em que o Poder Público divulga informações em virtude de imposição legal ou de livre iniciativa (Transparência propriamente dita) enquanto que a segunda é o acesso às informações públicas fornecidas pela Administração Pública, quando solicitadas pelo cidadão (Controle Social).

Exemplo: Transparência Ativa

Portais de Transparência

Lei Complementar no 131/2009 (Lei da Transparência)

Exemplo: Transparência Passiva

Lei de Acesso à Informação (Lei no 12.527/2011)

- Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)
- Sistema Eletrônico de Acesso à Informação (e-SIC)

Atendemos as demandas do Portal da Transparência via sistema e-SIC – Serviço de Informações ao Cidadão, o qual serve para atender e orientar o Cidadão a ter acesso às informações das atividades relacionadas ao Poder Executivo Estadual; qualquer pessoa física ou jurídica pode solicitar pedidos de acesso à informação. O usuário tem a opção de ser atendimento PRESENCIALMENTE: No setor de Ouvidoria localizado na sede do DETRAN ou em uma de suas unidades de atendimento, ou eletronicamente através de acesso ao site <https://acessoainformacao.am.gov.br/>.

Em 2021 tivemos 54 (cinquenta e quatro) atendimentos via e-SIC, conforme tabela abaixo, onde na sua maioria são solicitações que não condizem com o objetivo do sistema, mas, mesmo assim são respondidos.

Tabela 20
ATENDIMENTOS e-SIC 2021

Pedido	Quat.
Informação sobre CNH	09
Informações sobre Veículos	23



Informações Públicas	16
Outros não relacionados a administração pública.	06
Total	54

6.5 Postos de Atendimentos

O DETRAN-AM visando descentralizar seu atendimento dando maior comodidade aos usuários possui atualmente na Capital 10 postos de atendimentos, conforme **lista anexa**. E no Interior da Capital possui posto de atendimento em 27 municípios conforme **lista anexa**.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente Prestação de Contas está composta pelas peças contábeis prescritas na Lei 4.320/64 (Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais) e os quadros demonstrativos que evidenciam os principais aspectos da gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial de forma clara e transparente os resultados finais dos atos e fatos praticados pelo DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAZONAS-DETRAN durante o exercício financeiro de 2021, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Mantemos nossa afirmativa de que apesar de todo esforço e rigor na aplicabilidade da legislação do trânsito, **nossa principal dificuldade** em mantermos um trânsito mais seguro, pacífico e humanizado, *ainda é a falta de educação do condutor*, que insiste em dirigir: embriagado, em alta velocidade, com documentação irregular do veículo, sem habilitação condizente com o veículo que conduz, dar posse do veículo a pessoa não habilitada e a menor de idade. Mesmo assim em nenhum momento esta autarquia deixou de exercer sua função, estando com projetos educacionais que vão massificar as informações aos jovens estudantes. Assim como projetos voltados para educação de mototaxistas e motofretistas, para que possam usufruir de sua profissão com dignidade, profissionalismo e segurança.

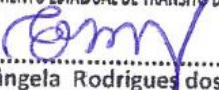


Ainda são muitos os objetivos a serem alcançados e as melhorias a serem implementadas, mas tem-se a certeza que o DETRAN-AM avançou na política de trânsito do Amazonas, com esforço e dedicação da equipe técnica e administrativa de forma incansável na busca constante da melhoria dos serviços do trânsito visando proporcionar segurança e qualidade de vida da sociedade amazonense.

A Prestação de Contas apresentada, em atendimento a legislação vigente, ficará disponível no Departamento Administrativo do DETRAN-AM, órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos, pelos órgãos de Controle Interno e Externo e a sociedade.

Manaus-AM, 25 de março de 2022.


RODRIGO DE SÁ BARBOSA
Diretor-Presidente

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAZONAS

.....
Edslângela Rodrigues dos Santos
Diretora Administrativa e Financeira


Herbison da Silva Damasceno
Contador
CPF: 314.242.362-15
CRC-AM - 009528/O-7



8. ANEXOS

8.1 – Relação de Endereços PAD Capital

8.2 – Relação de PAD no Interior do Estado

